

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, realizada no dia 24 de abril de 2009, no auditório do Tribunal do Júri do Fórum de Florianópolis. Às 13 horas foi realizada a primeira chamada para a assembleia. As 13:30h, em segunda chamada, teve início a assembléia, com a seguinte pauta: 1. Informes; 2. Prestação de Contas do Exercício de 2008; 3. Discussão do regulamento dos Jogos Forenses; 4. Conjuntura; 5. Data-base 2009 - Mobilizações; 6. PLC 66.8 (agregações) e proposta de novo PCS; 7. Precatório; 8. Outros assuntos. Presentes, 242 (duzentos e quarenta e dois) representantes, conforme listas de assinatura. Abertos os trabalhos, o presidente do Sindicato propôs a composição da mesa com os diretores do Conselho Deliberativo, Elizabeth Clarinda, Volnei Rosalen, Valfrida Oliveira e Mirta Walbrink. Havendo concordância do plenário com a composição da mesa dirigente dos trabalhos, passou-se à discussão e deliberação da pauta. Item 1) Prestação de Contas: a direção dos trabalhos foi repassada à companheira Valfrida, diretora de finanças, à qual imediatamente chamou o membro do Conselho Fiscal Lauro Ramme para a leitura da ata. Após a leitura da ata, foi aberta a palavra aos presentes. Inscrito o colega Mauri Raul Costa, solicitou esclarecimento acerca do item “doações” na prestação de contas. Pelo membro do Conselho Deliberativo Enéas Cesconetto foi proposto à realização de prestação de contas da obra da escola do sindicato e dos recursos do FRJ. Pela diretora financeira foram apresentados esclarecimentos acerca do item doações, informando tratar-se de ajudas ao movimento social: sindicatos, associações, etc. Informou também já haver decisão de assembleia acerca do assunto, tendo sido estabelecido o limite de R\$ 300,00 (trezentos reais) mês ou R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) ano para essas doações. Não havendo outras inscrições, foi submetido à assembléia o parecer do Conselho Fiscal, sendo aprovado sem votos contrários. Houve 20 abstenções. O colega Cláudio Augusto Lima da Costa solicitou a palavra para declaração de voto, ponderando a necessidade de rever a forma de eleição do Conselho Fiscal, e também chamando atenção para a necessidade de cumprimento de deliberação de assembléia anterior para a publicação semestral dos balanços. Enfatizou não ter qualquer dúvida acerca da honestidade da direção quanto à utilização dos recursos da categoria. Passado ao item 2) da pauta – análise de conjuntura – foi chamado à mesa do economista e diretor do Escritório Regional do DIEESE, José Álvaro Cardoso, o qual durante 30 minutos apresentou uma visão sobre a conjuntura econômica, a crise mundial e as negociações salariais em 2009. Encerrada essa parte da assembleia foi proposto pela mesa o deslocamento dos presentes para continuidade da assembléia em frente ao prédio do Tribunal de Justiça. Houve pausa de 10 minutos para o deslocamento e a assembleia foi retomada com a complementação dos informes sobre as reuniões havidas com a Administração e a proposta de constituir uma comissão para ir até a presidência do TJ solicitar nova reunião, a fim de obter resposta para as reivindicações da categoria ou abrir negociações. Enquanto isso, na seqüência dos trabalhos com a fala de vários companheiros. Também falou o assessor jurídico do Sindicato. Passou-se então à apreciação da proposta de pauta de reivindicações. Assim aprovada: **Item 1** - Reajuste salarial de 9,14% (nove vírgula quatorze por cento), a ser pago a partir do mês de maio composto cumulativamente de: (a) inflação acumulada de maio/2008 a abril/2009, pelo INPC, de 5,58%; (b) inflação do mês de dezembro de 2005, pelo IPCA, de 0,36%; (c) ganho real de 3% - *aprovado por unanimidade*. **Item 2**- Pagamento de um abono correspondente a 134,78% de um salário, para cada servidor, referente ao resíduo de perda salarial de janeiro de 2006 a abril de 2008, conforme demonstrado em estudo apresentado nos processos administrativos 321.217-2008.3 e 322.055-2008.9 – *aprovado por unanimidade*. **Item 3**- Correção do valor do auxílio-alimentação para R\$ 856,91, considerando a variação

inflacionária do período de setembro de 2004 a fevereiro de 2009 de 42,82% - *IPCA/IBGE- Alimentação fora do domicílio*. **3.1.** Pagamento de \$ 2.569,10 referentes à não correção do valor do auxílio-alimentação de maio de 2008 a fevereiro de 2009. **3.2.** Pagamento de \$ 1.284,55, referentes à não correção do valor do auxílio-alimentação de maio de 2008 a fevereiro de 2009 para os servidores aposentados – *aprovado por unanimidade*. **Item 4-** Redução da jornada de trabalho para 6 horas, com ampliação do horário de atendimento ao público – *aprovado com três votos contrários*. **Item 5-** Liberação de 05(cinco) dirigentes sindicais, através de acordo negocial, além dos três assegurados por lei – *aprovado por unanimidade*. **Item 6-** Concurso público para provimento de todos os cargos no Judiciário – *aprovado por unanimidade*. **Item 7-** Substituição dos atuais cargos de DASI-3, de livre nomeação e exoneração, existentes no TJ e nas Comarcas, por cargos de provimento efetivo, analista jurídico, abrindo-se o respectivo concurso público – *aprovado por unanimidade*. **Item 8-** Estabelecer a proporcionalidade entre a menor e a maior remuneração no Judiciário, tendo como teto o subsídio dos desembargadores e adotando a legislação estadual que limita a 12(doze) vezes a diferença entre o menor e o maior salário no serviço público – com alterações da assembleia, *aprovado por unanimidade*. Após a votação do item 7 da pauta de reivindicações, foi passada a palavra ao presidente do SINJUSC, Alessandro Pickcius, o qual informou que a comissão de colegas foi recebida pelo assessor da presidência Dr. Luiz Felipe Schuch, o qual, após consultar o desembargador presidente, agendou reunião de negociação com os representantes da categoria para dia 28 de abril, às 14:30h. Diante da informação, comemorada pelos presentes, definiu-se por retornar ao auditório do Tribunal do Júri do fórum da Capital, para lá continuar a assembleia. Ali foram submetidos à discussão e votação os seguintes itens. **Item 9-** No tocante aos terceirizados, estagiários, bolsistas e “voluntários”:

9.1. Suspensão imediata de editais de contratação e reversão dos contratos ainda vigentes para contratação de serviços terceirizados para realização de atividade fim: digitadores e atendimento ao público. **9.2.** Cumprimento do preceito constitucional que proíbe a prestação de serviço gratuito ao Estado. **9.3.** Fixação de limite de 10% para o número de estagiários em relação ao número de servidores do quadro efetivo; e cumprimento das normas federais em relação ao estágio curricular. **9.4.** Fixação de limite máximo de 10% de trabalhadores terceirizados em relação ao quadro efetivo. Nesse caso, o limite deve valer apenas para atividades de limpeza, conservação e vigilância. **9.5.** Cumprimento da lei no que se refere ao limite de 10% de bolsistas, por local de trabalho – *todo o item com subitens aprovado por unanimidade*. **Item 10-** Pagamento das perdas da conversão da moeda em URV, no percentual de 11,98% - *aprovado por unanimidade*. **Item 11-** Unificar valores de FGs (funções gratificadas) ou gratificações previstas na LC 90/93 (Plano de Cargos e Salários), em torno de um único patamar – FG3 – *aprovado por unanimidade*. **Item 12-** Unificar em 20% o percentual de gratificação para o servidor com diploma de nível superior, conforme decisão no processo 2005.008913-5. Fazer o mesmo em relação à promoção por aperfeiçoamento – art. 26 da LC 90/93 – *aprovado por unanimidade*. **12.1.** Alteração do critério de promoções por aperfeiçoamento abolindo a carga horária mínima para fins de composição das horas necessárias à ascensão funcional – *aprovado por unanimidade*. **Item 13-** Corrigir a situação das disfunções, unificando os grupos ocupacionais SDV (serviços diversos) e SAU (serviços auxiliares), criando um grupo ocupacional especial, e uma tabela salarial própria, ampliando as atribuições aos ocupantes de cargos desses grupos, conforme proposta já apresentada pelo SINJUSC – *aprovado por unanimidade*. **Item 14-** Incorporar aos vencimentos, integralmente, em valor nominal, o abono de R\$ 100,00, criado pela Lei 12.686/03 – *aprovado por unanimidade*. **Item 15-** Incorporar aos vencimentos, integralmente, em valor nominal, o auxílio-alimentação para servidores ativos e aposentados – *aprovado por unanimidade*. **15.1.** Pagamento do valor integral do auxílio-alimentação para aposentados –

aprovado por unanimidade. **Item 16-** Transformar os cargos de oficial de justiça e comissários em cargos de nível superior, no primeiro caso adotando a resolução do Conselho Nacional de Justiça – *aprovado por unanimidade.* Neste ponto das deliberações o diretor de formação sindical Volnei Rosalen solicitou a palavra para apresentar a proposição de incluir na pauta a proposta de realização de um novo Plano de Cargos e Salários. Após as intervenções dos colegas Fábio, Pinduca, Cláudio, Volnei, Alessandro, Jaira, Enéas, foram submetidas à assembleia duas propostas: a 1ª de se incluir o item de um novo PCS, ressalvando que a discussão sobre o conteúdo das propostas para esse novo Plano, tais como alteração de nível (nível superior) e outros, seriam realizados posteriormente numa consulta abrangente que envolva toda a categoria. A 2ª de avançar no debate de conteúdo, especialmente sobre alteração de nível. Votadas, restou aprovada a primeira proposta com ampla maioria de votos. A 2ª proposta recebeu 02 votos. **Item 17-** Estabelecimento, de forma negociada, de uma política de prevenção ao adoecimento dos trabalhadores. **Item 18-** Criar comissão paritária entre Sindicato e TJ para debater adequações e a reestruturação do atual Plano de Cargos Salários da categorial (Lei 90/93). **Item 19-** Fixação do número de servidores para cada vara ou comarca, relacionado-o à densidade populacional e demanda. **Item 20-** Constituir um grupo de trabalho paritário, com representação da Administração e do SINJUSC, para negociação da presente pauta. A seguir foi apresentada a proposta de mobilização para o próximo dia 28. Após debates foi submetida à assembleia a proposta de realização de uma vigília em todas as comarcas, a partir das 14 horas, com distribuição de panfletos à população. A proposta foi aprovada por unanimidade. Na seqüência a mesa submeteu à apreciação a proposta de que a assembleia autorize o ingresso de ação civil pública visando o questionamento da utilização do orçamento do TJSC para pagamento de atrasados de auxílio-moradia fora do prazo prescricional. Em votação, a proposta foi aprovada pela assembleia com um voto contrário. A seguir a mesa passou ao item 3) da pauta: PLC- 066. Pelo colega Volnei Rosalen, secretário de formação sindical, foi feita breve explanação acerca do projeto, em síntese: que o projeto não teve origem nas discussões da categoria, e em nenhum momento foi levado ao debate de todos, exceto nas assembleias regionais recentes; que o projeto encontra-se já em fase final de votação na ALESC, tendo ganhado “vida própria”, independente de qualquer atitude nossa; que a prioridade do conjunto da categoria é a luta pela reposição salarial geral e pela construção de um novo PCS. Assim, apresentou a proposta de se estabelecer como prioridade a negociação da data-base, e que qualquer discussão acerca desse projeto seja feita somente após a definição sobre o reajuste salarial. Submetida à discussão da assembleia o colega Paulo apresentou a necessidade de discutir o projeto, propondo um substitutivo a ele. A mesa dos trabalhos ponderou que qualquer proposta merece ampla discussão com a categoria. Não havendo outras inscrições, a proposta de definir como prioridade da categoria as negociações da data-base, e só após a definição do reajuste retomar a discussão sobre o projeto PLC-066, foi submetida à votação, sendo aprovada pela maioria dos presentes com 04 votos contrários. A seguir o presidente do Sinjusc, Alessandro Pickcius, passou ao item a respeito dos precatórios. Após apresentar informações sobre a situação e a existência de 8 milhões de reais já depositados no TJ para pagamento, propôs a instalação de uma barraca ao lado do prédio do TJ para realização de uma vigília permanente, visando pressionar a presidência do Tribunal a iniciar os pagamentos. A proposta foi aclamada pelos presentes. A seguir o companheiro Alessandro iniciou a discussão de autorização para entrada de ação judicial de reintegração de posse do terreno de 3.000 m² arrematado em hasta pública em 1986 pela ASSEAJUSC, que transformou-se em SINJUSC em 1989. Informou que a diretoria localizou o terreno na Praia do Campeche, em Florianópolis, além disso, foi averbada a escritura de posse do terreno no Cartório e também já foram

notificados extra-judicialmente os dois ocupantes do terreno. Realizada a discussão foi procedida a votação para autorização da ação judicial. A maioria pela entrada da ação e apenas um voto contrário e nenhuma abstenção. Como último item de pauta foi discutido a questão do processo administrativo 335169/2009.5 da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB que solicita o pagamento do Imposto Sindical dos servidores públicos do judiciário catarinense, conforme prevê a Nota Técnica/SRT/MTE Nº 36, de 12 de março de 2009. Enfatizou que o SINJUSC não cobra o referido imposto sindical, que é um dia de trabalho de cada servidor público. E que no futuro próximo deveremos discutir essa questão e debater com todos sobre esse processo administrativo. A plenária concordou por consenso em continuar o debate nos informativos e nos locais de trabalho. Ao final, saudou e agradeceu a presença de todos, desejando um bom retorno aos seus locais de trabalho e conclamando a manter a categoria mobilizada para sucesso da data-base 2009.